



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



**ENTRE A MONOCULTURA E A DIVERSIDADE: OS CAMINHOS DOS
AGRICULTORES ASSENTADOS NA REGIÃO DE ARARAQUARA-SP**

**HENRIQUE CARMONA DUVAL; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA
FERRANTE;**

UNIARA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA

ARARAQUARA - SP - BRASIL

henriquecarmona@hotmail.com

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

**ENTRE A MONOCULTURA E A DIVERSIDADE: OS CAMINHOS DOS
AGRICULTORES ASSENTADOS NA REGIÃO DE ARARAQUARA-SP**

ENTRE A MONOCULTURA E A DIVERSIDADE: OS CAMINHOS DOS AGRICULTORES ASSENTADOS NA REGIÃO DE ARARAQUARA-SP

Grupo de Pesquisa: 07 -Agricultura Familiar

Resumo

O presente trabalho está alocado no projeto CNPq *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência* (2004-2007), coordenado pela profa. Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Mais especificamente em seu segundo eixo temático, que trata das contradições entre as diferentes estratégias familiares e os padrões de organização econômica regionais. Com a portaria nº 075-2002 do Itesp, regulamentam-se as parcerias entre os assentamentos geridos pelo órgão e as agroindústrias. Na região de Araraquara, assentados da fazenda Monte Alegre começam a plantar cana em parceria com a usina Santa Luzia. Esta e outras parcerias com o setor privado são analisadas como impulsionadoras da produção nos lotes por trazerem benefícios no financiamento, plantio, assistência e escoamento das produções. No entanto, há um grande risco de ocorrer o arrendamento da terra e uma perda na autonomia e na liberdade dos produtores assentados dentro das parcerias. O enfoque se dá principalmente no caso da cana devido ao histórico dos trabalhadores neste complexo agroindustrial, pela importância política nacional do setor e também por gerar conflitos internos nos assentamentos. As alternativas produtivas junto ao setor privado contrastam com a diversidade e a agricultura familiar, mas não esgotam essa possibilidade e nem encerram as características específicas da propriedade familiar. O que se observa atualmente é a divisão do espaço dos lotes entre a monocultura e a diversidade agrícola, possibilitando em alguns casos o progresso econômico e a preservação dos recursos naturais. Fato que vai ao encontro do conceito de sustentabilidade segundo Carmo (1998). A metodologia utilizada são leituras sobre experiências regionais de sustentabilidade em assentamentos, pesquisa de campo, aplicação de questionários, leitura do espaço e descrições em diário de campo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo advém da experiência de pesquisa nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, região de Araraquara-SP, que vivencio junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Uniara/Unesp). Parte dele também é oriunda da minha monografia de conclusão de curso em ciências sociais, na qual analisei algumas semelhanças entre conceitos de agriculturas sustentáveis e a agricultura de autoconsumo praticada nestes assentamentos rurais. Inserida no projeto maior financiado pelo CNPq¹ minha pesquisa se voltou ao seu segundo eixo temático, que trata das contradições entre as diferentes estratégias familiares e os padrões regionais de organização econômica. Tais contradições são analisadas sob o prisma de uma rede de tensões existente em vários

¹ Projeto desenvolvido pela equipe do Nupedor, coordenado pela prof. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, intitulado “Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência” (2004-2007).

aspectos da vida dos assentados ao se inserirem num território estruturado predominante sob a influência das agroindústrias.

A partir da constituição dos assentamentos nessa região há vinte anos, o Nupedor tem feito o acompanhamento e o registro do jogo de interesses que envolvem o poder local, a economia regional e os assentados nos campos político e sócio-econômico. Cabe ainda ressaltar que a partir da condição de assentado, surge a necessidade da compreensão de uma nova categoria sociológica, que é essa população e a construção de uma nova vida no território da reforma agrária. Segundo Ferrante, “A relação entre modo de vida, condições de vida, cultura e experiências não é unívoca (...). Identidades são construídas e reconstruídas, definidas e redefinidas, criadas e recriadas, num espaço social em que dificuldades, sucessos e insucessos devem ser compreendidos para além do seu significado material” (2000, p. 08). Muitos deles vem da condição de bóias-fria e proletariado urbano, indicando no assentamento uma possível transformação em suas vidas a partir das novas relações travadas com o poder local, o mercado regional e a natureza. Nos assentamentos estudados verifico as condições de desenvolverem estratégias familiares que atingem a transformação social, a inserção de suas produções nos mercados locais e modelos de agricultura baseados na diversidade agrícola, que possuem um menor impacto ambiental analisado por duas concepções: a da existência de uma consciência ambiental de alguns assentados, incluindo-se conhecimento sobre o ecossistema local e seus padrões alimentares e de uma agricultura familiar carente em investimentos para insumos e métodos convencionais de agricultura (modelos de agricultura de baixo custo). Modelos de agricultura nos quais encontramos semelhanças aos próprios conceitos de agriculturas sustentáveis.

Primeiramente destaco a lógica da propriedade familiar, que se distancia muito da lógica da agricultura empresarial mas ao mesmo tempo não estão desvinculadas socialmente uma da outra. Geralmente parte da produção da agricultura familiar serve como insumo de agroindústrias, ficando a composição da renda dos pequenos produtores dependentes da geração de oportunidades e parcerias com o setor privado. No caso da região de Araraquara há um quadro de predominância do setor sucroalcooleiro que está em expansão, assim como também em muitas outras regiões brasileiras, introduzindo a cultura de cana inclusive nos lotes dos assentamentos. A dependência do trabalho em usinas de cana também é um ponto de análise desta pesquisa e, somado à recente parceria entre elas e os assentados, dão subsídios à discussão sobre as tensões e atritos entre lógicas e estratégias de produção diferenciadas.

Percebe-se que nos assentamentos há uma grande variedade de sistemas de produção. Eles são definidos pelas escolhas individuais de cada assentado, coerentemente com suas origens, trajetórias e subsistências, mas também em muito influenciados pelas condições que a estrutura agrícola regional impõe. As agroindústrias canavieiras têm uma presença marcante na vida dos trabalhadores rurais assentados desde períodos anteriores aos assentamentos, sendo hoje a cultura da cana a mais plantada nos lotes de produção. Outras parcerias com outros setores também vêm sendo priorizadas por assentados, às vezes caracterizadas como arrendamentos e que demonstram a dependência deles em relação ao grande capital e a subordinação às variações mercadológicas.

Apesar da relativa perda de autonomia, encontramos nos lotes variadas expressões de resistência ao modelo produtivo agroindustrial. São as produções que se destinam à alimentação das famílias e também aqueles que por princípios e compromissos com a reforma agrária se dedicam a outras estratégias de permanência na terra, às vezes facilitadas por programas municipais. Temos nesses assentados a evidência de que pequenos produtores ainda possuem autonomia sobre o que plantam e no que trabalham,

mesmo quando a matéria-prima gerada nessas atividades ao chegar no final de sua cadeia produtiva encontre os representantes maiores do capitalismo. São portanto, as parcerias com o setor privado, elementos diferenciados da atividade monocultora nos assentamentos, que podem descaracterizar a reforma agrária quando ocorre o arrendamento da terra em contraste com a diversidade agrícola das alternativas que envolvem o autoconsumo.

Lógica dos Pequenos Produtores e Especificidades Familiares

O sentido do termo “lógica” usado no presente artigo designa uma condição particular de pequenos produtores familiares frente ao funcionamento de empresas agrícolas maiores, que os coloca em condições diferentes no que se refere às formas e resultados da produção. Para Chayanov, essa lógica se dá no momento em que o pequeno produtor efetua um *balanço entre o trabalho e o consumo* familiar na reprodução de sua propriedade. Para discutir essa idéia usarei um artigo da professora Maria de Nazareth Wanderley (1998), no qual ela faz um balanço e uma homenagem à teoria do autor russo sobre o campesinato.

Chayanov é o autor que, segundo Wanderley, formula uma proposta original para a compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades de produção familiares na agricultura. Processos esses regidos por certos princípios de funcionamento interno diferentes da empresa e da produção capitalista. O primeiro destaque desta diferenciação é que a produção do pequeno produtor não tem por base a extração da mais-valia, já que a fonte de trabalho que aciona o capital envolvido é a própria família proprietária dos meios de produção. Todo o esforço físico e mental é realizado pela família, enquanto o empresário guarda distância do trabalho – o esforço e o desgaste é sempre de seus funcionários. Com seu esforço, cabe ao pequeno produtor assegurar a preservação e mesmo a ampliação de seu patrimônio produtivo (meios produtivos), garantindo com isso os recursos necessários a sua reprodução patrimonial, sobretudo os recursos naturais.

Segundo, que o rendimento obtido não pode ser separado em parcelas autônomas, como salários, que constituem as bases da reprodução social de uma classe. Tal rendimento se encontra indivisível entre o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento ou como renda. É com o resultado financeiro geral da safra que os produtores devem prover os recursos produtivos futuros e o fundo para o consumo e demais necessidades da família. Nesse momento entra em cena a lógica do produtor, que é um balanço dos investimentos, do esforço exigido e da satisfação das necessidades da família, com a qual ele avalia e define as estratégias para continuar. Esse balanço não é um produto individual, já que sofre grandes variações de acordo com os componentes familiares presentes nos determinados momentos, seja para mão-de-obra ou para consumir. As estratégias adotadas pelo responsável da família também estão sempre de acordo com as mudanças demográficas em seu interior, pois ela nunca é a mesma.

Já sobre a inserção dos produtores, no nosso caso assentados, na dinâmica regional, Chayanov coloca dois pontos que para nós são de fundamental importância para sua compreensão. Primeiro, que a agricultura não é um setor isolado na sociedade, pelo contrário, ela se integra a um processo produtivo mais amplo (regional) e, segundo, que a atividade agrícola absorve cada vez mais os progressos técnicos de produção. Para que os assentados se insiram no processo produtivo regional e absorvam as inovações tecnológicas, devemos compreender quais são os mecanismos da circulação do capital na economia regional e quais métodos determinam o grau de satisfação dos insumos na

agricultura empresarial. Em contrapartida, como reagem às influências dos fatores externos, sejam econômicos ou naturais. Com isso, o estudo procura indicar o lugar que ocupa a propriedade familiar no sistema econômico regional.

Chayanov cunha o conceito de *ligaduras sociais* entre a produção agrícola dispersa nas pequenas propriedades e a produção empresarial, para com ele explicitar as relações de integração existentes entre essas formas de organização agrícola. Diz que a propriedade familiar não é um modo de produção, mas uma forma de organizar a produção que se reproduz no interior de diversos modos de produção capitalista. Os pequenos produtores estão inseridos no processo geral de reprodução do capital, que é homogêneo, como fornecedores de matéria-prima. “Assim, a agricultura, apesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores de mercadorias, se transforma em um sistema econômico concentrado em uma série de grandes empresas e, através destas, ingressa na esfera controlada pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro” (Chayanov, apud Wanderley, 1998, p. 35). Ressalta ainda que desta forma os riscos da empresa se transferem aos agricultores e que se espera do capital financeiro uma ditadura econômica sobre eles. No entanto, a produção final das empresas continuaria “composta de empresas familiares de produção agrícola em pequena escala, sujeitas em sua organização interna às leis do balanço entre trabalho e consumo” (Idem, p.36).

Mesmo integrada ao processo de acumulação das grandes empresas, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento. Mas, com as novas tecnologias empregadas no campo e formas associativas de atuação, deverá ser um campo com inovações tecnológicas em todo o processo produtivo e, através de cooperativas, novas formas socialmente organizadas. Nos assentamentos de Araraquara, o que vem sendo observado são uma série de parcerias com setores privados nas quais há utilização de alta tecnologia nas produções, há a organização dos assentados em torno de cada parceria, ocorre o *balanço* no interior das famílias que define suas estratégias e há também o ingresso nas esferas controladas pelo grande capital.

Ainda cabe ressaltar que dentro dos assentamentos encontramos centenas de famílias e que cada uma delas possui suas características e potencialidades para desenvolver estratégias. Adentro de cada porteira existe uma particularidade, em cada família que visitamos encontramos uma lógica específica de produção, mas as individualidades podem se agrupar. Essa lógica varia conforme alguns fatores como a trajetória e experiências que cada um adquiriu durante sua vida, a estrutura interna familiar e mão de obra disponível no presente, o envolvimento com os demais assentados e agentes que possibilitam alternativas de produção (técnicos, funcionários públicos e privados, atravessadores, donos de mercados, quitandas, etc.), interesse em participar das reuniões e saber das novas propostas e rumos para a reforma agrária, dentre outros. Sendo assim, um lote do assentamento pode estar desde inativo, tomado por baqueara, até totalmente aproveitado pelas mais diversas produções. E por isso não há como pensar em estratégias produtivas homogeneizantes para todos os lotes, pois as lógicas e possibilidades não são iguais, às vezes dentro de uma mesma família. Um fato já comprovado na recente dissertação de Marcos Campói, sobre a diversidade de sistemas de produção no assentamento Monte Alegre (2005).

Dinâmica Regional: Alternativas de Parcerias com Setores Privados

Nos trabalhos de campo observamos atualmente variadas formas que os assentados encontram de facilitar ou mesmo viabilizar as produções nos lotes, o que implica na própria continuidade dos agricultores nos assentamentos. São os contratos feitos em

parcerias com empresas ou agroindústrias. Dessa forma, eles têm conseguido produzir milho, cana-de-açúcar, mandioca, algodão, soja, feijão-de-porco, café, leite, eucalipto, bicho-da-seda, mel, dentre outras, com certa garantia e estabilidade financeira. Com contratos assinados a produção é estimulada, recebem investimentos em infra-estrutura e assistência técnica². Conseguem com isso muitas vezes eliminar a figura do atravessador, negativa na medida em que pagam pelas produções bem menos do que elas valem, melhorando também as condições de plantio, garantias de comercialização e mesmo financiamentos devido aos contratos.

A grande diferença entre as diversas parcerias com o setor privado é a não utilização da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos. Apesar dos distintos casos me aterei apenas à cana-de-açúcar, que traz consigo a marca da economia regional e a comparações desta com outras alternativas em parcerias como o frango de granja, a mandioca e o feijão-de-porco. Mesmo porque temos feito um acompanhamento mais atento a esta parceria nos trabalhos de campo, já que este assunto é prioridade nas discussões por parte dos assentados.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso em vários trabalhos do Nupedor. Já plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002 há uma portaria do Itesp (órgão gestor do assentamento Monte Alegre) regulamentando a cultura em metade dos lotes deste assentamento. Esta grande pressão da cana se deve sobretudo à estrutura agrária da região, principal pólo produtivo do Brasil. Mais ainda agora com a tecnologia dos motores bicomustíveis e sua possível exportação para outros países, para a qual deve permanecer a tendência de expansão do setor canavieiro. Basta dizer que o Brasil é o maior produtor de cana do mundo e que o álcool, combustível renovável, possui forte propaganda ecológica frente ao petróleo. Países desenvolvidos já pensam em reduzir suas emissões de carbono e cumprir as metas do protocolo de Kyoto aumentando o álcool à mistura com gasolina ou simplesmente utilizando os novos motores “flexíveis”. Muitos interesses econômicos nacionais justificam grandes aumentos de áreas com a cultura da cana, aumentando também a soberania política do setor.

Por aqui em nossos estudos, verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar e demais problemas locais. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física, além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos que afetam diretamente a população assentada em seu espaço de moradia.

Como no caso das parcerias com usinas canavieiras temos duas situações, que diferem devido ao tratamento dado pelos órgãos gestores Incra (Bela Vista) e Itesp (Monte

² Há alguns anos uma empresa japonesa incentivou a criação do bicho-da-seda em alguns lotes do Monte Alegre, levando tecnologias de ponta para seu manejo, assistência técnica e garantias de comercialização do produto. Já no caso do algodão a parceria funciona da mesma forma, mas a integração se dá através de uma cooperativa regional. Com o milho geralmente há financiamento do Pronaf e a comercialização, quando é vendido seco, é junto a empresas do ramo de ração animal.

Alegre), referenciar-se as que têm hoje bases legais para a parceria. É justamente aquele regulamentado pela portaria do Itesp em 2002 no assentamento Monte Alegre. Os contratos assinados entre a usina Santa Luiza, do município de Motuca e os assentados têm duração de cinco anos e prevêem cinco cortes de cana. Para detalhar o funcionamento e os problemas da parceria utilizarei em alguns momentos do texto passagens e depoimentos dos registros do trabalho de campo.

Sinais de Praga no Campo: a proposta da cana e o perigo do arrendamento

Regulamentada em setembro de 2002, a portaria 75 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. De quarenta lotes no primeiro ano (safra 2002-2003) o número aumentou para cento e trinta e sete no segundo ano e continua aumentando. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em no máximo metade do lote durante cinco anos (aproximadamente 7 hectares) com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras os assentados já não contarão com esses serviços feitos pela usina. Eles terão que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram tudo a cargo da usina. Em nossos trabalhos de campo identificamos alguns problemas desses serviços feitos por funcionários da usina, conforme se segue:

Houve um caso que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. Terão que cobrar da usina que façam o serviço novamente. O mata-mato que disseram ter jogado no monte não matou as baquearas dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros.

Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir, quando o certo é o Itesp saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo será descontado do lucro da primeira colheita. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê

ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial nos 40 lotes, o que irá prejudicar os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. (...)

Obs.- Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento.

Diário de campo do dia 30/03/2003.

Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfianças de alguns assentados com essa parceria foram se realizando e os resultados vieram no lucro advindo da colheita neste lote:

O dinheiro da primeira colheita que sobrou líquido para ele (um dos assentados) mal paga os insumos que terá que colocar para esta segunda safra. Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil receberá em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagará 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente a distância que estão dela (18 Km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão de obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo.

De adubo para a segunda safra, que ficará a cargo dos assentados colocar, precisa agora 500 Kg por hectare. São 3.500 Kg que custarão 3.150 reais para colocar nos 7 hectares e ainda mil reais de calcário e herbicida (chutando baixo). Se sobraram 9 mil reais, precisa-se descontar 2 mil da mão de obra, mas só tem 3,4 mil que recebeu no ato da entrega da cana, portanto já precisou de dinheiro de outra fonte para aplicar no canavial para começar a segunda safra. Disse que sobrar limpo mesmo para ele, mas parcelado, 4 mil reais por dezoito meses da cana em sua terra e seu trabalho, isso corresponde a R\$ 222,22 por mês de renda com a cana. Mas como precisará investir no canavial para a segunda safra ele não conta que teve lucro algum.

Diário de campo do dia 27/11/2004.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica em muitos dos casos abaixo do esperado e menor do que outras alternativas, como por exemplo a do milho. Ainda que os assentados ficam com metade da área de seus lotes presas num contrato de cinco anos, inutilizadas para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e conseqüentemente o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp temos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare

ficando com renda de 35 mil reais líquida, plantando 6,5 hectares, ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recaem o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento. Há alguns depoimentos que indicam certa desconfiança sobre a idoneidade dos funcionários da usina, como a seguir:

Uma outra informação que descobrimos é sobre um mecanismo que pode beneficiar alguns na hora da colheita: nesta primeira safra de 18 meses, se o produtor colher com 15, 16 meses a cana dá mais peso, pois ao chegar nos 18 meses os gomos de cima da cana vão secando, e a sacarose se concentra nos gomos mais perto do solo. O teor de sacarose auferido nos três lotes que visitamos hoje é o mesmo, embora haja diferença na tonelagem obtida em cada um deles. Ainda não sabemos se a usina mediu o teor em cada lote ou tirou uma média para todos. Se antes achamos que queriam o corte antecipado aos 18 meses por não dar tempo de cortar em todos, e pela alta do álcool da época, o grupo que contou com facilidades da usina na colheita (tais como grupo de trabalho da usina para corte, agrotóxico passado por avião para a cana amadurecer mais rápido), colheram antes e obtiveram maior tonelagem e renda conseqüentemente. Mesmo que a cana ainda não atingira 18 meses, o agrotóxico passado por avião em alguns lotes garantiu nestes o amadurecimento dela em 15 meses com teor de sacarose compatível.

Diário de campo do dia 27/11/2004.

Em idas a campo mais recentes obtive outras informações sobre as desconfianças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato deles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro:

(...) esta forma de plantio é literalmente arrendamento, aluguel da terra, não há trabalho das famílias na produção e, portanto, não gera renda com o trabalho deles nos canaviais. Segundo que a usina funciona como um banco que, através do financiamento na formação do canavial, do corte e do transporte, em cada lote injeta tudo que é necessário à produção. De modo que o assentado aluga seu lote ou parte dele e só recebe o cheque no final. Soubemos também que há por parte dos produtores um endividamento progressivo com a usina e eles próprios não podem calcular a produtividade em seus lotes por não haver uma balança no assentamento ou uma fiscalização sobre a qualidade e a quantidade dos insumos e outros investimentos na terra, ficando o cálculo na responsabilidade de funcionários da usina. Tudo é medido e/ou pesado na usina.

(...) Sendo os trabalhos na terra a cargo das usinas, há várias maneiras delas descontarem valores maiores do que investiram nos lotes. Exemplos suspeitos que já registramos são a qualidade e a quantidade dos cupinicidas aplicados (eles já vêm preparados no caminhão da usina, não há como saber ao certo a marca e a diluição), a tonelagem de cana produzida não é pesada na presença do assentado, descontos maiores sobre a mão de obra utilizada no corte, dentre outras.

Diário de campo do dia 24/11/2005.

Ainda neste dia ouvi do assentado uma queixa que dá pistas sobre as variações na produtividade nos lotes: é a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Este assentado reforçou que existem outros que são um tipo de representante da usina

dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários permanentes e volantes dela. A fala deste assentado indica sua desconfiança de por quê alguns têm conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo³. Me falou ainda que para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana. Ainda sobre este fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades.

Outro assentado falou mais diretamente do tratamento e dos momentos em que podem ocorrer desvios no lucro dos assentados praticado pelos funcionários de usinas:

Disse não concordar com um contrato que “prende sua terra” por cinco anos, que assim você não tem sua liberdade. Ainda que, como já trabalhou em usina, disse que eles roubam os trabalhadores que cortam a cana na hora da pesagem, apostando também no roubo de insumos colocados no canavial que são descontados em tonelagem. Acha errado o assentado confiar tudo nas mãos dos funcionários da usina, assim como deixar passarem insumos nos lotes que vêm prontos nos tratores (o trator chega carregado e só passa os insumos nos lotes), não presenciar a pesagem da cana, pois ela não ocorre no assentamento, depender dela nos serviços de preparação da terra (maquinário), de plantio e colheita (turmas de trabalho que a usina organiza) e de transporte feito pelos treminhões, pois em todos esses serviços vê brechas para o lucro do assentado diminuir em benefício do lucro da usina.

Diário de campo do dia 04/02/2006.

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provêm de alimento e de renda proveniente da venda do excedente, conforme relatado a seguir:

No lote dele há grande diversidade na área sem cana e já dá um trabalhão para cuidar. A cana tem sido boa pois não dá esse trabalho para ele, mas tem um retorno financeiro bem maior.

Então seu lote é dividido no meio: um pouco menos da metade tem cana para a usina, na outra metade tem milho, arroz, feijão (carioca e roxinho), quiabo, maxixe, pimenta cumbará, chuchu, batata, abobrinha, mandioca, pimentão, banana (santo mel – que dá dois cachos -, nanica e maçã), acerola, pinha, fruta do conde, manga (três tipos), limão, mamão, abacate, jaca e laranja. Tem também uma árvore que fornece para ele a vassoura, é só arrancar o galho e sair varrendo.

(...) Perguntei sobre a cana e ele falou que era tudo arrendado. Ele não tem muito trabalho além da carpa, nem mexe na cana. Quem mexe é o pessoal da usina e ele só recebe o dinheiro pela tonelagem. Falou que as queimadas já começaram no assentamento, aí tem

³ Este fenômeno tem ocorrido àqueles assentados que obtêm baixa produtividade, não conseguindo arcar com os custos dos insumos necessários para a próxima safra tais como calcário, fertilizantes e defensivos. A usina acaba injetando estes insumos e a dívida do assentado se acumula.

um outro assentado que traz a turma para o corte em cada lote depois que a cana está queimada. Diário de campo do dia 15/04/2005.

Um outro exemplo bem sucedido nesta parceria é de um assentado que produz hortaliças e legumes. Ele tem várias estruturas de horta no lote que lhe garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e por programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, conforme me falou:

Cederam à cana no ano passado porque mesmo procurando diversificar, boa parte do lote ficava sem produzir. Então plantou cana por ela dar renda bruta de uma vez, bom para investimentos. Falou que não tem contrato com a usina, que tem apenas um “combinado”, mas certamente possui um contrato assinado ou outro documento (percebi que ele não queria mostrar). A única mão de obra dele na cana é a carpa (trato nos matos que crescem junto), o resto é feito pela usina e descontado em tonelagem. Aliás, nem tudo é feito diretamente pela usina. Tem um assentado que terceiriza o maquinário e as turmas de trabalho. Esse sr. assentado tem três tratores grandes e é “turmeiro” (chama turmas de trabalho para plantio e colheita de cana), faz esses serviços para quem planta cana para usina no assentamento e é como um representante dos serviços da usina. O transporte é terceirizado com gente de fora do assentamento e as mudas a usina fornece.
Diário de campo do dia 13/03/2005.

Com esses e outros depoimentos coletados percebi que a cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento, ganha anualmente, mas que alguns conseguem através de outras culturas. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local e que a partir dela se organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes. A parceria talvez cause tanto descontentamento devido ao passado dos trabalhadores, ex-bóias-fria excessivamente explorados pelo trabalho nas colheitas e também por ser a reforma agrária, na opinião dos que são contrários à cana, uma política pública para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanismos de controle e de poder. Isso não vem mudando com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades em alternativas de interesse dos assentados e conivente até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação junto ao complexo canavieiro.

Não se pode generalizar, mas em alguns lotes ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função da pluriatividade, que envolve assalariamento fora do assentamento.

Outras Parcerias: revitalização da diversificação agrícola?

Passemos então a falar de alternativas produtivas proporcionadas em parceria com outros setores. O frango de granja é a grande novidade no assentamento Monte Alegre. Ainda não há muitos lotes preparados para a criação dos frangos, nem temos ainda informações de quem está nesta parceria, mas o que foi nos dito por alguns assentados já dão um panorama dela. Os assentados precisam arcar com os custos da montagem da granja no lote, que deve ser no local onde ele mora (agrovila ou lote de produção). Geralmente há financiamento do Pronaf para o investimento em infra-estrutura da granja e a empresa Rei-Frango confere as condições para o assentado participar da produção. Mais uma vez é a empresa que fornece os insumos – pintinhos e ração – e os assentados cuidam deles durante quarenta dias. Após esse período a empresa vem buscar os frangos e deixa o pagamento. Neste caso, há mais trabalho para os assentados devido ao cuidado com a criação porque há perigo de doenças e de pouca engorda que podem prejudicar os lucros. Os assentados ficam ainda sob a dependência das demandas da empresa, que fazem o preço do frango subir e descer conforme a procura. Já não se encontra nessa parceria uma evidência tão forte de que ocorra o arrendamento por ser a criação muito mais dependente do trabalho familiar diário, gerando trabalho para várias pessoas da família. No entanto, o modelo prega a dependência de insumos e transportes junto à empresa e também, mas inerentemente, às variações do mercado específico, que aliás tem sofrido forte pressão devido ao perigo da gripe aviária⁴. Isso quer dizer que em alguns meses pode ser que a empresa não leve pintinhos para a engorda nos lotes, no caso da oferta estar muito alta, deixando lacunas no orçamento familiar mensal. Um problema interno gerado com as granjas é o mal cheiro que elas têm. Já coletamos depoimentos que contêm reclamações a assentados que possuem granja na agrovila e causam esse transtorno aos vizinhos, além de possivelmente transmitir doenças também.

Outra alternativa é a da mandioca, uma das que parece mais apropriada aos lotes desses assentamentos. Primeiro porque todos os lotes visitados até hoje tinham mandioca ao menos para consumo familiar. Todos têm noções de como trabalhar com uma plantação dessa cultura e ela serve para inúmeras finalidades, seja num lote familiar ou como insumo para indústrias, sempre havendo utilidade conforme presenciamos no caso deste lote: Fomos convidados para entrar e tomar um café, como sempre. Dentro da casa tinha um forte cheiro de mandioca crua (amassada) que ele se desculpou dizendo que tinha colhido mas não vendeu, portanto para aproveitá-la eles pilam e misturam com milho triturado e farelo de trigo para os porcos: “Tem que aproveitar”, ele disse. No ano passado foi votada como uma das prioridades nos fóruns do Orçamento Participativo de Araraquara a aquisição de uma farinheira, através da qual todos poderiam, em princípio, beneficiar mandioca e vendê-la com valor agregado, com isso a alternativa demonstrou força entre assentados que têm intenção de trabalhar com ela. Mesmo aprovada junto à prefeitura ainda não foi realizada sua aquisição, mas vários assentados plantaram grandes áreas de mandioca esperando a farinheira. Agora eles terão que vendê-las provavelmente para atravessadores e sem as beneficiar ou perderão seus investimentos. Um assentado da Bela Vista do Chibarro há algum tempo trabalha com a cultura e vende

⁴ Um dado recente sobre a produção do frango é que o Brasil reduziu drasticamente a exportação devido à queda mundial de consumo em razão da gripe aviária. Já no mercado interno o preço caiu pela alta oferta e o consumo aumentou. Mas, certo de que houve queda na produção total, quando é suprido o mercado nacional se afeta em primeiro lugar a economia dos pequenos produtores fornecedores de grandes empresas, incluindo-se assentados.

direto a uma empresa, pegou financiamento junto ao Pronaf e tem metade do lote com a cultura. Ele e seu filho trabalham na lavoura desde a preparação das mudas e o plantio até a colheita. Disse que a renda de seu lote advém basicamente da mandioca, mas poderia melhorar se houvesse a farinha e uma balança no assentamento, pois o transporte até a empresa é feita por um atravessador. Com a balança não haveria possibilidades do atravessador roubá-lo, fato que ele denunciou, e com a farinha agregaria mais valor à produção.

A mandioca se assemelha, neste modelo, a algumas outras alternativas almejadas pelos assentados. São exemplos o milho, o arroz e o leite. Já me foi relatada a intenção de conquista no O.P.⁵ de trituradora de milho, beneficiadora de arroz ou tanque de armazenagem de leite como bens para impulsionar a produção desses produtos nos lotes. Sempre é ressaltada a mão de obra familiar necessária nestes casos e a possibilidade da formação de cooperativas como facilitadores do escoamento da produção, inclusive para fecharem contratos de fornecimento direto às indústrias de ração animal, no caso do milho, ou empresas e cooperativas maiores do ramo nos outros dois casos. Além de que esses quatro produtos possuem múltiplas utilizações e formas de reaproveitamento dentro de um lote. A mandioca, conforme um depoimento relatado no artigo de Whitaker e Fiamengue (2000, p. 21), “é a cultura que “vinga”, independente das condições de solo ou climáticas”, ou conforme a seguinte passagem do livro *Da Terra Nua ao Prato Cheio* (Santos e Ferrante, 2003, p. 43): “A mandioca está presente na maioria dos casos e é possível dizer que é um cultivo bastante importante: é um produto rústico que não exige grandes cuidados, resiste bem à seca e tem uma longa duração quando ainda não retirada da terra”. Sobre o milho, se aproveita fazendo o fubá ou farelo para ração animal, o arroz também pode servir de ração animal e as palhas de ambos servem de adubação. O leite, quando feito o queijo, sobra o soro que pode servir de alimento para porcos, sendo, todos estes exemplos meios de viabilizar internamente a reciclagem de nutriente e energia nas produções dos lotes.

Já o feijão-de-porco é um caso totalmente diferente das outras parcerias apresentadas anteriormente. É uma parceria com a empresa de sementes Piraiá, da cidade de Piracicaba-SP, que ela fornece sementes do feijão – impróprio para consumo humano ou animal – e só retorna ao lote para receber novas sementes produzidas nos assentamentos. O plantio desta cultura nos lotes traz grandes benefícios aos solos por ser uma leguminosa usada como adubo verde, que melhora a qualidade dos mesmos fixando nitrogênio na terra. Ela só é plantada em solos duros e compactados visando a regeneração, as sementes são coletadas e os restos vegetais da planta são capinados e deixados sobre o solo, fornecendo sombra, segurando umidade e servindo de alimento aos microorganismos, contribuindo para o aumento da sua biodiversidade. Há uma cota de lucro aos assentados pela produção que, se ultrapassada, se transforma em lucro adicional da empresa. Ocorre então uma estimativa de produtividade e garantia de lucro já estipulada para os assentados antes do plantio, mas o melhor dessa parceria para eles é o benefício em suas terras e a perspectiva de futuras safras melhores para outras culturas. Com isto o assentado pode planejar em quais áreas de seu lote usará o feijão-de-porco, não havendo qualquer restrição quanto ao tamanho da área ou gastos adicionais a serem colocados. Requer ainda a mão-de-obra familiar na colheita e seleção das sementes e na carpa da planta para ser deixada sobre o solo.

⁵ Experiência de participação popular através da qual a cidade, dividida em regiões – sendo que os assentamentos correspondem a uma – decide as prioridades de investimento a partir da votação da população presente às reuniões.

As parcerias oferecem alternativas de produção com garantias melhores de lucro do que os que dependem da venda direta aos consumidores, isso por que há facilidades na obtenção de crédito junto aos bancos e demais agências financiadoras da agricultura familiar, facilidades em obter insumos e assistência técnica junto às empresas já que elas também não estão interessadas no prejuízo de seus fornecedores, salvo algumas diferenças de tratamento dado aos assentados na parceria com a cana, conforme já registrado. Há também melhores condições de escoamento e garantias de comercialização, muitas vezes feitas pela própria empresa-parceira⁶. Com todos estes fatores as parcerias apresentam condições para que os assentados impulsionem outras produções simultaneamente, pois elas estão presentes geralmente em áreas que atingem no máximo a metade de um lote de produção. Na outra metade há possibilidades do assentado desenvolver outras produções comercializáveis ou para o autoconsumo. É nesta outra metade do lote que entra a comparação entre conceitos de agriculturas sustentáveis e a prática agrícola nos assentamentos.

Produções de Autoconsumo: modos de vida no meio rural e agricultura sustentável

“A grande diversidade dos constituintes de uma eco-organização constitui um fator de desenvolvimento das suas qualidades de resistências às agressões e às perturbações.” Edgar Morin (1980, p. 43)

A frase acima foi escrita pelo autor francês para especificar, dentro da lógica da ecologia, que um ecossistema constrói durante um lento processo evolutivo sua diversidade ideal. A diversidade constitui meios mais eficazes de defesa às agressões externas, pois sempre há diversas possibilidades de respostas do conjunto de seres que habitam um ecossistema para amortecer as perturbações e regressar à normalidade. Parece que, por mais rapidamente que o invasor tenha que se alimentar e lá achará seu alimento, por outro lado será ele alimento de outra espécie e assim adaptar-se-á ao todo. Da mesma forma (como inimigo natural), pode ser que ele trabalhe em simbiose com outras espécies desenvolvendo a complexidade e (re)organizando o ecossistema. Morin, ao falar que “a complexidade ecossistêmica não é nada sem a diversidade”, fala também que por isso não podemos eliminar a vida inferior pela superior e sim alimentá-la, suportá-la ou recorrer a ela de forma simbiote, para integrar o menos complexo na diversidade, pois de qualquer forma necessitamos dela.

No estudo dos assentamentos rurais, para o qual necessitamos de uma abordagem transdisciplinar que forneça respostas às diversas questões que atravessam uma disciplina, trazemos à comparação essa visão de Morin sobre ecologia às condições de viabilidade econômica e/ou permanência na terra dos assentados. Como explicitado anteriormente, as parcerias com setores privados – representantes maiores da economia local – não eliminam as características específicas de produção nos estabelecimentos rurais familiares. Elas estão a complementar os meios de sobrevivência dos agricultores na região, pois os

⁶ Outros benefícios citados são: a destoca de tocos de eucalipto, melhora na salinidade dos solos em função do calcário depositado e uso da cama de frango (gerado nas granjas) como adubo. São todos fatores que melhoram a qualidade da terra e as condições para se produzir, já que a encontraram em péssimas condições para produção ao serem assentados. Um fato muito corrente no Brasil é que as terras destinadas à reforma agrária são desgastadas e impróprias para diversas culturas e para a agricultura familiar.

assentamentos foram criados e se adaptam constantemente às exigências e variações econômicas para sobreviver. Os indivíduos que se integram ao meio de existência, no caso os homens à sociedade, sofrem de imposição e determinismos dele assim como todos os outros indivíduos, constantemente adaptando-se às suas transformações. Evidentemente esta não é uma transformação de mão única: o meio de existência é tido como dinâmico, absorvendo as transformações individuais e também se reorganizando em função delas.

Por isso é que não há motivo em ir contra qualquer alternativa de produção que não traga os riscos de afetar a sociabilidade, o meio ambiente ou a liberdade de decisão nos assentamentos. Mas deve haver consciência de que quando há a prática da monocultura ocorre uma perda na diversidade biológica e de que seus métodos produtivos trazem desgastes ambientais ao conjunto, seja pelo desmatamento, aplicação demasiada de insumos químicos, erosão de terras, assoreamento de rios e, principalmente, quando ocorrem queimadas. Ocorre também – sobretudo no caso da monocultura de cana caracterizada como arrendamento da terra – perda na diversidade de alternativas econômicas que deixam os produtores mais frágeis às variações mercadológicas e dependentes das usinas locais.

Mesmo com a necessidade de alternativas em parcerias com empresas e agroindústrias, para a subsistência dos assentados, a diversidade agrícola nos assentamentos estudados é uma realidade. A diversidade de produções agrícola encontrada nos lotes é considerada uma expressão da própria diversidade cultural. Os sujeitos provêm de inúmeras localidades e trazem consigo uma rica bagagem cultural de experiências na agricultura. Eles têm consciência de que produções com insumos químicos melhoram o aspecto dos alimentos e facilitam sua comercialização, ao passo que aumentam os níveis de contaminação no solo e intoxicação nas pessoas. Constantemente vemos nos lotes visitados espaços de produção de subsistência diversificados e livres de insumos químicos, garantindo assim a sanidade desses solos, dos frutos e a saúde das pessoas e dos animais que se alimentam dos mesmos. Voltando à terra, o trabalhador assentado volta a viver uma interação profunda com a natureza (Baraona, 1994), garantindo em parte sua preservação, já que é dela que se extrai a sobrevivência e a complementaridade.

Entretanto, o tipo de trabalho na terra que exerceram durante longos períodos antes de entrarem para o assentamento foi, em geral, o trabalho em usinas de diferentes complexos agroindustriais. Por mais fortes que sejam suas raízes e memórias rurais, o trabalho a que estavam submetidos é aquele oferecido em tais complexos. Isso muda toda a característica e o estilo de vida dos trabalhadores rurais. Eles não eram posseiros, arrendatários ou proprietários em sua maioria, mas empregados temporários nas colheitas em monoculturas. Quase não existe espaço para a produção de subsistência, um local de fixação e para agricultura familiar nesse modelo. Ao recuperar a condição de fixação numa terra, os assentados retomam parte de suas raízes na terra através das produções para autoconsumo.

Daí nossa consideração de ver no autoconsumo uma prática que evidencia seus *hábitus* (Bourdieu, 1989), de suas vidas em tempos anteriores ao trabalho em usinas, culturas ligadas às suas origens e trajetórias. Percebe-se em muitos lotes que os alimentos plantados para subsistência são aqueles relacionados com as vivências anteriores dos assentados, com seus locais de origem e por onde já passaram, num tempo de suas vidas em que exerciam atividades agrícolas sem grande impacto ambiental (não desestruturavam gravemente o ecossistema, como por exemplo contaminações do lençol freático). São culturas geralmente bem conhecidas pelos trabalhadores, aquelas que sempre plantaram, comeram e comercializaram. Sabem de qualquer utilidade que o alimento possa ter, de suas relações com o solo ao seu efeito terapêutico nos homens, de sua importância para a

boa alimentação das criações à reutilização de seus restos vegetais em outras plantações. E mesmo das condições climáticas e espaciais para seu bom desenvolvimento.

O espaço do lote que não é ocupado pela produção essencialmente comercializável – em geral especializada⁷ – é destinado a este tipo de agricultura. É o motivo de relacionar a agricultura sustentável com a agricultura já praticada nos lotes (além de potencializar a escolha de alguns assentados por essa opção), excluindo-se evidentemente qualquer certificação que a produção de autoconsumo possa ter (natural, orgânica, biodinâmica, etc.). Importante ressaltar aqui o fato de que nem todos assentados mantêm produções nos lotes. As condições específicas de cada família podem levá-los a não possuir nenhuma plantação no lote, seja para subsistência ou comercialização. Um fator também plausível de alterações em curtos períodos de tempo analisando-se as mudanças na vida de cada família⁸.

Conclusões

A partir da constatação da consciência ambiental praticada por alguns nestes assentamentos rurais, há uma hipótese de que com a reforma agrária ocorre a recuperação do ecossistema em partes. O conceito de um mosaico agrícola, existente em função da divisão de uma grande fazenda dividida em pequenas porções e ocupadas por diversas famílias, cada qual desenvolvendo suas estratégias de produção, exhibe em algumas partes de seus fragmentos grande diversidade e recomposição dum território homogeneizado pela monocultura da cana (Whitaker e Fiamengue, 2000). Em muitos desses casos há o reflorestamento com espécies vegetais nativas que garantem a recuperação e a sobrevivência do ecossistema mais próximo ao que ele era antes da ocupação do solo pelas indústrias, atraindo novamente os animais nativos e fornecendo-lhes seus alimentos.

Mesmo estando os assentados inseridos na economia regional, na qual as principais alternativas econômicas hoje são as parceiras anteriormente citadas, eles não perdem por completo as especificidades e as perspectivas de continuar como pequenos produtores. Através do autoconsumo e da consciência ambiental, a questão ecológica tem um local privilegiado de práticas e estudos a ser explorado em assentamentos rurais. Alguns agentes do poder público podem e têm favorecido essa questão, mesmo porque ela está mundialmente evidenciada. Dessa forma temos acompanhado as iniciativas da prefeitura de Araraquara, que têm possibilitado aos assentados a venda direta do excedente de suas produções de autoconsumo à população urbana e também direcionando parte dela para

⁷ Para se comercializar de forma mais fácil, quase todo tipo de produção, ela deve ser em grande quantidade. Como os lotes têm em média seis alqueires, não chega a um espaço tão grande da mesma cultura, e pode variar de uma a cinco culturas por lote para que o assentado comercialize. O que é para subsistência, plantado em bem menor quantidade e maior diversidade, e seu excedente, vende-se ou troca-se. A maioria dos assentados possui dois lotes, um é chamado lote de moradia, localizado na agrovila do assentamento e menor que o outro, o de produção (que possui os seis alqueires). Ocorre em muitos casos que nas moradias existe a diversidade para subsistência e nos de produção (também chamado de sítio ou agrícola) têm as culturas especializadas para comercialização. Em muitos casos a utilização de agrotóxicos se restringe ao segundo caso.

⁸ Existem famílias que vivem de renda (como aposentadorias ou aluguéis), e mudanças em suas organizações familiares são caracterizadas por filhos que se casam, mudam para ou do assentamento, pais que adoecem e envelhecem, a presença de agregados da família, alternativas de produção criadas, novos empregos, etc.

instituições assistencialistas e para a merenda de escolas municipais⁹. Tais produções chegam à cidade com valores mais baixos e ao mesmo tempo com menos agrotóxicos.

A polícia ambiental é outra instituição que vem contribuindo nesta questão dos assentamentos através de patrulhas rurais e fiscalização em torno das áreas de preservação. Os próprios órgãos gestores, embora com muito menos responsabilidade do que deveriam ter, implantam timidamente algumas medidas como nomear assentados agentes ambientais voluntários para ajudar a fiscalizar as áreas de reserva e a presença de caçadores de animais nativos. Por fim, órgãos de assistência e extensão rural como a Embrapa e a Cati também têm alguma participação em trabalhos no interior dos assentamentos, seja proferindo cursos de capacitação ou doando sementes e mudas nativas.

Na questão ambiental ainda merecem destaque algumas parcerias com empresas. Além da parceria com a empresa de sementes Piraí já citada, houve entre os anos de 2001 e 2004 uma tentativa de introduzir a agricultura natural nos lotes junto à Fundação Mokiti Okada. A parceria contou com o corpo técnico da Regar (Associação para a agricultura regenerativa da região de Araraquara) e em torno de dez assentados fizeram parte da associação. Inúmeros problemas relacionados à viabilidade econômica desta alternativa, condições de fornecimento adequado às normas, além do relacionamento entre técnicos da associação e assentados não permitiram uma expansão da parceria. No entanto, os resultados apontaram para a aceitação de uma parcela da população para a proposta da agricultura natural que poderia aumentar no caso de êxito econômico e também para a disseminação de conhecimentos técnicos deste tipo de agricultura no interior dos assentamentos. Atualmente apenas quatro assentados continuam na associação.

É certo que as parcerias são necessárias ao futuro dos assentados em suas permanências na terra, sobretudo pelo aspecto econômico. Elas, no entanto, não podem extinguir a característica de autonomia dos pequenos produtores assentados para determinar o futuro. O maior ganho de se viver no assentamento, quando perguntado nas visitas de campo, é a liberdade conquistada de trabalhar no que, para quem e quando quer, é conquistada duramente em relação aos seus direitos sociais. Também ouve-se o coro de quem buscava e conquistou no assentamento mais calma e tranquilidade, inclusive por viver mais próximo da natureza e ter autonomia sobre o que fazer em seu lote.

Se algumas coisas podem mudar através dos movimentos sociais pela reforma agrária, a sustentabilidade é a primeira delas. De acordo com Carmo, a sustentabilidade é conceitualizada como “desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais” (1998:219). Para a maioria da população assentada, a mudança da cidade para o campo significa grande melhora na qualidade de vida, uma política pública que antes de mais nada é de desenvolvimento e igualdade social, de acesso à terra para quem foi dela expropriada no passado. Temos visto inúmeros exemplos de progresso econômico combinado à manutenção de recursos naturais nos assentamentos de Araraquara. Principalmente porque aliado ao desejo de progresso econômico em muitos assentados, há consciência ambiental para a proteção ao meio ambiente.

As alternativas de produção são várias. Já as conclusões que este trabalho traz, no presente momento, são de parcerias que possibilitem o progresso econômico sem tirar dos

⁹ São três programas até agora: o Direto do Campo, venda direta no terminal de ônibus da cidade diariamente; o Feira do Produtor, feira de sábado na região central da cidade; e o Programa de Aquisição de Alimentos, em parceria com o governo federal, que destina o excedente da produção de autoconsumo às instituições assistencialistas e escolas municipais. A prefeitura busca nos assentamentos os produtores e seus produtos, fornece espaço público e bancas para a exposição.



assentados sua lógica de pequenos produtores ingressos no sistema econômico regional, incluindo a possibilidade de produções mais avançadas tecnologicamente e formas de associação autônomas. São dois tipos de atuação e desempenho para a produção nos assentamentos: uma que se insere diretamente no capitalismo em parceria com os setores privados e outra que prioriza as necessidades e preferências das famílias, da qual o excedente pode servir tanto para o mercado (feiras, mercados, quitandas, restaurantes, etc.), como servir para trocas e doações entre assentados. Trocas e doações que, além de ter um papel no orçamento familiar, gera sociabilidade e cooperação entre eles.

Da área total de um lote, ao invés dele todo arrendado para geração de renda e com ela suprir as necessidades da família, uma parte destinada às produções em parceria com empresas desde que gere além de emprego e renda, a mão-de-obra familiar, melhoria dos meios de produção e autonomia. Ficando em outros espaços a agricultura de autoconsumo reforçando seus laços culturais e o trabalho familiar, contabilizada logicamente como fonte de renda através da venda direta também possibilitada pelos programas municipais, na qual encontramos a diversidade e o manejo necessário para preservação e benefícios ambientais. Característica que confere à sustentabilidade faces econômica, social e ambiental.

Referências Bibliográficas

BARAONA, R. **Un Campesino por Dentro**. Conferência de abertura do IV Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Concepcion, Chile, dezembro, 1994.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CAMPÓI, A.M. **Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra**: um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Uniara, 2005.

CARMO, M.S. do A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 215-238.

D’INCAO, M.C. e ROY, G. **Nós, Cidadãos**. Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: a sustentabilidade (re)construída? **Retratos de Assentamentos**, Ano VI, nº 08, Nupedor, Unesp, Araraquara-SP, 2000, p. 07-18.

MORIN, E. **O Método II**. A vida da vida. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara-SP: Fundação Itesp/Uniara, 2003.



WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 29-49.

WHITAKER, D.C.A. e FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, Nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p. 19 - 32.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.